



# Anais da Assembleia

Nº 26

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 22.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1992

(QUARTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ovídio Constantino.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Meivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni e Severino Félix (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Dalton Machuca, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Carlos Simões, César Silvestri, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, Nilton César, Renato Adur e Toti Colaço (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO 017/92

Senhor Presidente.

Solicitamos justificativa à nossa ausência na Sessão Ordinária do dia 30 de março de 1992, por estarmos participando do Seminário sobre a Viabilidade da Pequena Propriedade, em Laranjeiras do Sul.

Sendo o que tínhamos para o momento,

despedimo-nos.

Sala das Sessões em 01.04.92

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 079/92

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A gasolina comercializada em todo território do Paraná conterá obrigatoriamente um percentual de 22% (vinte e dois por cento) de álcool anidro.

Parágrafo Único - a adição de álcool à gasolina será processada nas distribuidoras autorizadas.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.92

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Lei baseia-se nos resultados obtidos em pesquisas científicas, tanto em relação aos benefícios do meio ambiente, quanto ao consumo do combustível.

No Parecer Técnico (anexo) da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, constata-se a posição favorável à mistura de álcool anidro em toda a gasolina comercializada dentro do Estado do Paraná: "a mistura de álcool na gasolina como já foi comprovado em laboratório especializado em São Paulo, apresenta índices menores de poluição atmosférica, promovendo, por conseguinte, melhorias da qualidade do ar...".

A adição de etanol à gasolina tem revelado no mundo inteiro, uma eficiente alternativa para a redução da carga poluidora dos automóveis movidos por esse combustível, e que são principais responsáveis pelos problemas de má qualidade do ar nas maiores cidades. O LPAE da Faculdade de Medicina da USP realizou estudos comparativos da toxidade entre carros a gasolina e a álcool, indicando os efeitos biológicos dos gases de escape automotores a gasolina e a álcool. Essas pesquisas foram realizadas cientificamente e em condições experimentais, investigando-se os efeitos da poluição sobre a função respiratória, tanto dos pulmões como do aparelho mucociliar; do metabolismo em geral; da mor-

fologia de todos os tecidos e potencialidades carcinogênicas das atmosferas-testes. Nas investigações de intoxicações agudas, conclui-se que o motor a álcool é menos poluente do que a gasolina, uma vez que os carros a gasolina emitem 20% a 50% mais CO (monóxido de carbono) do que aqueles movidos a álcool.

É importante lembrar que o CO é um gás inodoro, incolor, insípido e essencialmente trata-se de uma substância que prejudica a oxigenação dos tecidos e, por isso, é classificada como um asfixiante sistêmico. O CO é um dos principais poluentes emitidos num veículo. Resulta da oxidação parcial do carbono, regida pela quantidade de oxigênio disponível no momento da queima. Quando esse gás é inalado, pode provocar muitas vezes ao organismo humano a diminuição da capacidade de oxigenação do cérebro e tecidos; tonturas, dor de cabeça, sono e redução dos reflexos. Pode-se diminuir a emissão desse poluente, uma vez que se utilize o álcool, pois o álcool permite a regulação com maior excesso de ar do que a gasolina.

Não podemos esquecer o fato de que na Grande São Paulo, a causa mais grave de poluição parece ser o CO, o que torna o ar inadequado na maioria das vezes, e, portanto, os benefícios do combustível álcool sobre a gasolina são inegáveis.

A edição de 22% de álcool anidro à gasolina, certamente não eliminará totalmente a poluição ambiental, mas, com exemplo dos Estados Unidos, onde se pode verificar os bons desempenhos tecnológico e ambiental de veículos, com uma adição de 10% de etanol à gasolina, as autoridades ambientais americanas lutam para a ampliação desse percentual, pois assim, reduziria ainda mais as emissões poluidoras dos automóveis. Essa ampliação não ocorreu ainda, em razão da indisponibilidade do produto em larga escala naquele País.

Quanto ao consumo e disponibilidade do álcool anidro no Brasil para a mistura a nível de 22% na gasolina, o relatório anexo, nos revela esta possibilidade, em função de um balanço entre a oferta e a demanda do produto e também a disponibilidade do álcool anidro e hidrato para as safras 91/92 e 92/93. Os resultados obtidos indicam, a disponibilidade do álcool anidro para a mistura com a gasolina no nível de 22%, de forma a atender a legislação de 1986 (PROCONVE). Em 1992 (abril) o estoque de passagem será de 300 milhões de litros de álcool anidro na região Centro-Sul, se considerássemos uma mistura a nível de 22% desde dezembro de 1991. Para a região Norte-Nordeste, o estoque de passagem para safra 92/93 (agosto/92) é de 35 milhões de álcool anidro. Tal constatação parte do fato relativo à existência do estoque ini-

cial no Centro-Sul e Norte-Nordeste.

Portanto, há disponibilidade do anidro, permitindo a continuidade da mistura na gasolina ao nível de 22%, uma vez que os estoques disponíveis são de 173 milhões de litros (abril/93 Centro-Sul) e 32 milhões de litros (agosto/93 Norte-Nordeste), quantidade que assegura o atendimento à legislação do PROCONVE e à mistura ora proposta.

Concluimos assim, que a adição de 22% de álcool anidro à gasolina em relação à economia de divisas, é uma mistura significativa pois reduz a importação de petróleo pela Petrobrás. Em termos ambientais a importância desse aditivo na gasolina pode ser sintetizada em dois níveis: a qualidade futura dos veículos, combustíveis e tecnologias mais compatíveis com as necessidades ambientais; e a necessidade imediata e inadiável de proteger a saúde pública e ambiental dos centros urbanos.

Diante dos motivos expostos, e certos de estarmos agindo dentro dos mais altos interesses do povo paranaense, levamos à consideração dos parlamentares desta Casa, esperando apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 080/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os estabelecimentos instalados no Estado do Paraná em que sejam praticados atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher, no decorrer do processo seletivo para sua admissão, durante a sua permanência neste, e quando de sua demissão, ficam sujeitos às sanções administrativas previstas nesta Lei.

Art. 2º - Consideram-se atos discriminatórios contra a mulher, para efeito desta Lei, todos aqueles que atentem contra a igualdade de direitos estabelecidos pela Constituição da República, e em especial:

I - Qualquer forma de exame ou revista íntima em local inadequado ou impróprio ou por pessoas que não sejam do sexo feminino;

II - A manutenção de aberturas nas instalações sanitárias, objetivando o controle de tempo de permanência da mulher no local.

III - A inexistência de vestiários femininos em número, condições e proporções adequadas, quando houver necessidade de utilização de uniformes ou vestimentas especiais no local de trabalho;

IV - Discriminação, para fim de admissão no emprego, quanto:

- a) ao estado civil da mulher;
- b) à existência de filhos;

V - Exigência, para fim de admissão ou permanência no emprego, de:

- a) exame para verificação de gravidez;

b) prova de esterilização.

VI - Pagamento diferenciado à mulher, quando executando as mesmas tarefas que os homens;

VII - Rescisão do contrato de trabalho por motivo de gravidez ou casamento;

§ 1º - Nos casos do inciso IV deste artigo, a divulgação, pelos meios de comunicação, para fins de admissão, de qualquer exigência, constitui prova suficiente, para a comprovação do ato discriminatório.

§ 2º - Nos casos dos incisos V e VI, considera-se prova, a sentença trabalhista condenatória transitada em julgado.

§ 3º - A discriminação praticada no trabalho contra a mulher negra, quando confrontadas com mulheres de outras raças, em situações idênticas, será considerada fato agravante para aplicação das sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

Art. 3º - São considerados atos atentatórios contra a mulher, todos aqueles que visam atingi-la em sua honra, dignidade e pudor pessoais, utilizando-se do coação, assédio ou violência, especialmente os que obtiverem vantagens de natureza sexual, entre os quais se incluem os crimes de:

- I - estupro;
- II - atentado violento ao pudor;
- III - favorecimento da prostituição;
- IV - todos os outros crimes capitulados no Título VI, arts. 213 e 232, do Código Penal Brasileiro.

§ 1º - A sentença penal transitada em julgado constitui prova suficiente para a comprovação dos atos capitulados neste artigo, para a aplicação das sanções previstas nesta lei.

§ 2º - O inquérito policial constitui elemento probatório a ser examinado pela autoridade administrativa quando da aplicação das sanções previstas nesta Lei.

Art. 4º - Incorrem nas penalidades previstas nesta Lei todas as empresas comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, registradas em Junta Comercial, ou as sociedades civis legalmente constituídas, com sede ou instalações no Estado do Paraná, nos quais sejam praticados os atos capitulados nesta Lei, por parte de:

- I - proprietários, sócios-gerentes ou prepostos;
- II - Mestres, contra-mestres ou todos aqueles que, em decorrência da função, e exerçam direção, supervisão ou controle do trabalho feminino.

Art. 5º - Aos infratores desta Lei serão aplicadas as seguintes sanções de natureza administrativa:

- I - advertência, nos casos do 2º, tendo a empresa notificada um prazo de 15 (quinze) dias para dar efetivo início vi-

sando sanar a irregularidade;

II - interdição do estabelecimento, até sua adequação, na inobservância do disposto no Art. 5º, inciso I;

III - inabilitação para o acesso a crédito em estabelecimentos bancários do Estado do Paraná pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, nos casos do art. 2º;

IV - impossibilidade de parcelamento de eventuais débitos tributários estaduais, nos casos do Art. 2º;

V - inabilitação para participação em qualquer modalidade de concorrência pública promovida pelo Estado, por meio de seus órgãos de administração direta, autárquica, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, nos casos do Art. 3º;

VI - suspensão, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, de inscrição estadual, nos casos do Art. 3º;

§ 1º - As penalidades previstas nesta Lei serão aplicadas pelo administrador público, ressalvado o direito de ampla defesa e o processo contraditório.

§ 2º - Das punições aplicadas cabe recurso, com efeito devolutivo, ao titular da Secretaria a que estiver afetada a aplicação das sanções.

§ 3º - Considera-se circunstância agravante a reincidência em período inferior a 5 (cinco) anos, na prática dos atos capitulados nesta Lei.

§ 4º - A superveniência de circunstâncias agravantes implica aplicação da penalidade prevista no inciso VI do Art. 5º desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 6º - São competentes para denunciar as infrações previstas nesta Lei:

- a) a vítima;
- b) Movimentos de mulheres;
- c) associações de defesa dos direitos humanos;
- d) sindicatos, federações e confederações;
- e) Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, especialmente nos aspectos administrativos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.92

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ernani Pudell, Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Entre 1971 e 1985, cerca de cem milhões de mulheres incorporaram-se ao mercado de trabalho, em todo o mundo. A maior concentração de mulheres no trabalho, se-

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT, encontra-se, em termos percentuais, nos setores agrário e de serviços, em especial nos países do 3º mundo.

No Brasil, seguindo-se a tendência mundial já mencionada, tem-se um significativo acréscimo da mão-de-obra feminina entre 1940 e nossos dias. A maior concentração dessa força de trabalho encontra-se localizada em atividades manuais, no ensino primário e nas atividades burocráticas de escritório, áreas que, segundo dados do Ministério do Trabalho, válidos para 1976, congregam cerca de 60% das trabalhadoras no País.

A mão-de-obra feminina, no Brasil, encontra-se concentrada em áreas de baixa qualificação, especialização e remuneração. Nesse quadro, o abuso sexual, além de outras formas de exploração e discriminação, encontra um terreno fértil para prosperar, ostentado pela fragilidade econômica e o despreparo político-cultural amplamente disseminado.

Constitui princípio fundamental brasileiro, consagrado no texto constitucional, a promoção do bem comum, independente de quaisquer circunstâncias relativas à origem social, raça, sexo, cor ou idade, nos termos do Art. 3º, IV, da Constituição da República. A igualdade de direitos e obrigações, garantia fundamental para a democracia, determina ainda, que homens e mulheres devem ser tratados de maneira igual, justa e compatível com sua dignidade.

O poder de polícia do Estado exige, portanto, para garantir a efetiva proteção aos direitos individuais, princípios fundamentais de funcionamento da sociedade. Segundo Hely Lopes Meirelles: "desde que a conduta do indivíduo ou da empresa tenham repercussões prejudiciais à comunidade ou ao Estado, sujeita-se ao poder de polícia preventivo ou repressivo, pois já salientamos que ninguém adquire contra o interesse público" (Direito Administrativo Brasileiro, 14ª ed. p. 113).

Assim, por ser justo e necessário, além de adequado às normas constitucionais, tomamos a iniciativa de apresentar o presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 081/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Amigas de Carentes e Queimados, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.92

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade é pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em nossa Capital, e com caráter eminentemente assistencial.

Através dela procura-se promover e destacar publicamente o trabalho heróico daqueles que dedicam parte de suas vidas a cuidar e acalantar os menos favorecidos pela sorte.

Sendo assim, entendemos justa a propositura de nossa iniciativa e, que merece o apoio de nossos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para deixar os companheiros tranquilos, gostaria de dizer que só vou citar alguns casos que o jornal traz e que diz respeito aquilo que gostaríamos de deixar aqui registrado na Assembléia, que é a situação dos mutuários do sistema financeiro de habitação.

Em Umuarama, há mais de 60 dias vem se manifestando os mutuários em razão do descaso que faz o Governo Federal com relação ao reajuste das casas populares. Aqui temos o companheiro José Alberto Sales, que vem acompanhando e vem há tempo denunciando as barbaridades que estão acontecendo no sistema habitacional de Umuarama, não só com relação às prestações, não só com relação às disparidades que anualmente existem entre o salário e o valor da prestação.

O Deputado Federal, companheiro Antônio Romero Filho já também tem se manifestado por diversas vezes na Câmara Federal.

O que nos traz à tribuna nesta tarde é exatamente para nos manifestarmos também com relação aos companheiros mutuários, sua situação, não só de Umuarama, mas do Paraná e, porque não dizer, do Brasil.

Há dias a Justiça do Rio Grande do Sul concedeu liminar a um participante de consórcio que recorreu ao judiciário porque as prestações de sua casa estavam aumentando acima dos reajustes salariais recebidos pelo consorciado. A justiça entendeu, acertadamente, que a administradora devia ser enquadrada no código do consumidor. E assim foi feito. De acordo com a decisão judicial, a administradora do consórcio feriu o artigo 6º do código do consumidor, que proíbe a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fator superveniente que as tornem excessivamente onerosas.

Estou citando este fato, noticiado pe-

los jornais, para falar de uma situação idêntica e igualmente prejudicial ao cidadão. É exatamente isto que vem ocorrendo com os reajustes aplicados aos contratos de financiamento da casa própria.

Assim como a administradora de consórcio, também os agentes financeiros e especialmente a Caixa Econômica Federal, estão sujeitos ao enquadramento no Código do Consumidor. E mais: com maior razão podem e devem os mutuários buscar a justiça, porque um automóvel pode ser considerado um bem eletivo, mas a moradia é uma necessidade básica e um direito que deve ser assegurado a todas as famílias.

O que vem acontecendo nos reajustes determinados pelo Governo, através da Caixa Econômica e do Sistema Financeiro da Habitação é uma arbitrariedade condenável. Os contratos com base na equivalência salarial não estão sendo respeitados, pois sofrem aumentos muito superiores aos reajustes aplicados aos salários. Para algumas categorias, que o sistema alega não ter como controlar os índices de reposição, são determinadas correções sem nenhum critério aceitável.

E não se trata de uma distorção circunstancial motivada por alguma anormalidade momentânea. Essa penalização aos mutuários da casa própria vem de longa data. Só para citar um dado, verificado num carnê de pagamento que me foi trazido por um desesperado mutuário, em dezembro de 1991 a prestação paga foi de 24 mil cruzeiros e no mês de janeiro do ano seguinte passou para 84 mil cruzeiros, - estes são dados dos meses de dezembro e janeiro, dados novos estão chegando todos os dias em nosso gabinete e faremos em breve um pronunciamento com os dados mais recentes - isso representa aumento de quase 200 por cento em apenas um mês, período em que o mutuário teve somente uma antecipação salarial, de apenas 20 por cento. Além disso, a Caixa Econômica não tem levado em conta a data-base das respectivas categorias. Em muitos há elevação superior a 800 por cento.

Outro aspecto é que nas prestações da casa própria são recuperadas as perdas de planos econômicos anteriores, sendo que muitas categorias de trabalhadores estão ainda pleiteando na justiça do trabalho as perdas salariais desses mesmos planos.

Para os demais tipos de contratos, também estão acontecendo reajustes desproporcionais. Tanto isto é verdade que a cada mês a imprensa ocupa longos espaços para noticiar problemas relacionados com as reclamações dos mutuários.

Outro fator negativo que precisa ser discutido é a questão da qualidade das habitações populares, não obstante os preços do metro quadrado serem os mais elevados.

Casas e apartamentos constantemente apresentam problemas e os proprietários não têm a quem reclamar. Tenho em meu poder até laudo policial sobre lesões corporais sofridas pela Senhora Livia Andriato, de 35 anos, residente em um conjunto popular de Umuarama. Diz o laudo que a chuva e um leve vendaval destelharam a residência, provocando ferimentos na referida moradora. E mais um risco para os mutuários. Isso se acompanharmos os núcleos habitacionais, cada Deputado em suas regiões, deverão de ver que os problemas são sempre os mesmos.

Senhores Deputados, estamos diante de grave injustiça que não pode continuar, porque já tem feito muitas vítimas, ou seja, mutuários que tiveram de abandonar suas casinhas e ir engrossar a fila dos favelados, por absoluta impossibilidade de sustentar a ganância do Governo, através dos agentes financeiros.

Devemos unir nossas vozes, nossas forças na defesa das vítimas do sistema financeiro, pressionando o Governo para que tenha um mínimo de respeito e consideração por essas famílias, que por longos anos alimentaram o sonho da casa própria e quando chegam a conseguir realizá-lo, sentem o sonho se desfazer e se transformar em pesadelo.

Devemos lutar para que as regras do sistema financeiro da habitação sejam, pelo menos, mais justas. Devemos lutar para que o Governo tome a decisão de reduzir sua ganância em cima de famílias pobres, pois estas é que são os mutuários: as famílias pobres. O Governo tem que se ajustar, até porque, os mutuários não têm como recorrer à justiça para fazer valer o código do consumidor contra os desmandos do Sistema Financeiro de Habitação, que cobra caro e não oferece qualidade.

Agora eu pergunto, Senhores Deputados: o sistema da casa própria pode ser recuperado? Pode, sim! Basta vontade política do Governo Federal, que como gestor do sistema tem sido um permanente fracasso.

E possível recuperar a política habitacional.

Está provado que os estados, em conjunto com os municípios, têm conseguido excelentes resultados em seus programas habitacionais.

No Governo Alvaro Dias, foram desenvolvidos programas especiais para famílias de baixa renda que reduziram substancialmente o déficit habitacional no Paraná. Esses programas chegaram a praticamente todos os municípios que apresentavam deficiência mais aguda no setor de moradia.

O estado, junto com o município e a comunidade em mutirão têm condição de construir mais e melhor, por preços menores, tratando o problema habitacional como

verdadeira prioridade social.

O Paraná é um exemplo. Dando continuidade aos programas do Governo de Alvaro Dias, a atual administração de Roberto Requião vem agindo de forma vigorosa, dinamizando o setor e atacando o problema. A Secretaria da Habitação, dirigida com grande competência pelo Secretário, companheiro, Luiz Cláudio Romanelli, desenvolve o programa da casa da família que já é exemplo para diversos estados. Somente nos primeiros meses deste ano já foram entregues 14 mil casas. E com um detalhe: o custo de uma casa de 44 metros quadrados fica em trezentas Unidades de Padrão Fiscal, ou seja, UPF, contra 720 UPF das casas financiadas pela Caixa Econômica. O Programa está sendo coberto unicamente com recursos do Tesouro do Estado. Recentemente o Governador Roberto Requião denunciou que enquanto o Estado construía casas por um custo de 38 mil cruzeiros o metro quadrado, as empreiteiras do mercado cobravam até 150 mil cruzeiros.

Quero lembrar aos nobres Deputados, que com o nosso apoio a comunidade pressionada pelos problemas da casa própria consegue fazer valer seus direitos.

No Município de Umuarama tivemos prova concreta de que a união dos moradores, com apoio da classe política e das autoridades é possível reverter a situação. Só para citar um exemplo, participamos do movimento dos moradores do Conjunto Residencial Patrimônio Umuarama liderado pelo Presidente da Associação, Roberto Pontes Nunes, o movimento recebeu adesão do Promotor de Justiça Eliseu Auth na luta contra os aumentos abusivos.

Portanto, devemos nos unir ao movimento em favor dos mutuários, defendendo a adoção de critérios justos para a correção das prestações; vamos lutar pela descentralização dos programas habitacionais. Basta vontade política do Governo Federal; Basta que sejam os recursos repassados para o Estado e Municípios.

No Paraná já provamos e comprovamos que podemos fazer mais rápido, melhor e mais barato. É assim que enfrentamos nossos problemas, é assim que resolveremos os problemas sociais.

Nós temos acompanhado de perto o sistema da área habitacional na nossa região.

Também estamos recebendo denúncias que, a semana que vem talvez, deveremos novamente desta tribuna nos manifestar e estamos recebendo também alguns casos de superfaturamento. Recebemos no início da semana uma denúncia anônima do município de Altônia, onde o Prefeito tem comprado material de uma firma que está em nome de um terceiro, mas que pertence de fato ao seu secretário. Nós vamos trazer também esses dados aqui para a Casa. Nós estamos

com companheiros fazendo levantamento em Umuarama nos cartórios de Registro de Imóveis, donde estão nos chegando informações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de terrenos que foram pagos a questão de 1,5 a 2 milhões de cruzeiros o alqueire e foram passados para os construtores, os empreiteiros a média de 20 milhões para que os mesmos buscassem esses recursos junto a Caixa Econômica Federal, aumentando sem dúvida o valor da prestação do mutuário. Esses dados estão nos chegando.

Vamos fazer as denúncias sim, vamos fazer as denúncias sem medo, sem temor, porque nós não podemos ver os construtores, os empreiteiros a cada dia mais comprando fazendas, comprando aviões, aumentando o seu patrimônio em cima da desgraça do pobre, da desgraça do mutuário, que lamentavelmente, na grande maioria já não consegue pagar as suas prestações, porque o aumento é absurdo, é exorbitante, das casas populares é evidente e em contrapartida o aumento dos seus salários, sabem Vossa Excelências que é pequenininho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No momento em que se discute o Fundo de Previdência do Estado do Paraná, até sua concretização e a situação caótica que vem atravessando esse Instituto, ao longo dos anos, nós não podemos deixar de registrar nesta Casa que acreditamos que aquele Instituto ainda não foi ao caos, pior do que se encontra devido a dedicação do Dr. Jaime Paciornick e Dr. Zindeluk e um grupo de médicos e técnicos que não sabemos como têm se transformado nos milagreiros do IPE.

Milagreiros que têm dado o possível para prestar ao servidor do Estado o atendimento precário que vem recebendo e nós temos aqui que registrar e destacar a atuação destes cidadãos que toda vez que os procuramos têm demonstrado uma preocupação muito grande com a saúde do servidor e a saúde do Instituto de Previdência do Estado. E há a grande dúvida referente a isto os Senhores Deputados devem ter encontrado, devem ter se deparado, com frequentes contatos de servidores públicos do Estado com relação a esse novo fundo, em relação a essa nova lei da previdência que nós sabemos que já recebeu diferentes emendas, emendas estas que os servidores pedem a sua participação na execução do plano, para que se evite faturamento que o Instituto de Previdência volte a ser mantido por braços fortes, homens de uma dig-



nidade a toda prova, a exemplo do Dr. Jaime Paciornick, a exemplo do Dr. Zindeluk, que tem feito o impossível para não fechar de uma vez as portas do Instituto. Por isso a nossa visão é de que há necessidade urgente de que o Governo do Estado, e nós queremos passar esta sugestão porque os servidores estão em freqüente contato com os Senhores Deputados e também com o Governo do Estado, a necessidade da abertura de uma discussão imediata referente a participação dos servidores na nova lei de previdência, porque a nossa sugestão há alguns tempos, quando presidíamos o Sindicato dos Professores, a Associação dos Professores do Paraná, naquela oportunidade nós dizíamos e continuamos afirmando que o grande problema hoje da saúde do Instituto de Previdência está nos 400 milhões de dólares que o Estado do Paraná jamais pagou e também no fato de que o Estado não assumiu o compromisso de se fazer uma auditoria dentro do Instituto de Previdência para saber quem é o culpado pela situação falimentar, pela péssima administração que se instituiu naquele órgão de previdência em governos passados. Então, há a necessidade de se registrar o que aqui estamos falando, porque nós temos certeza de que com a nova lei da previdência, havendo a participação do trabalhador do serviço público, obviamente não teremos uma situação caótica, porque não existe, não existe, em 98% dos municípios do Paraná, atendimento à saúde. Hoje precariamente está se atendendo Curitiba e Londrina. Em outras regiões não existe Instituto de Previdência e o trabalhador do serviço público vem passando por uma situação desesperadora, quando tem que recorrer à saúde, quando tem que recorrer à sua saúde e à saúde do seu filho.

Um outro fato que vemos com muita preocupação, porque também sou servidor público é de que freqüentemente o Governo do Estado levantar a promessa de reajustes, levantar a promessa ou a fantasia de que os servidores públicos do Estado terão reajustes "x", a partir do mês "y". Lamentavelmente se cria uma fantasia. (TERMINO DO TEMPO).

Eu falo no horário da Bancada Independente, por gentileza. Também tenho concedido o tempo do Partido Liberal, a quem agradeço.

Então, vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, levanta-se a fantasia de um reajuste salarial e eu creio que não apenas este Parlamentar, mas a maioria dos Parlamentares que dão acesso aos servidores desta Casa e aos servidores públicos, por estes corredores sabem da situação de penúria pela qual passam os servidores, tanto desta Casa, tanto da Assembléia, quanto os servidores públicos do Estado do

Paraná indistintamente. Nós estamos vendo freqüentemente a falta de uma política séria, de uma política salarial séria que respeite a dignidade e que dê condição do servidor público prestar um serviço digno à sociedade paranaense. Então, nós vimos aí há poucos dias o Governador Roberto Requião anunciando um reajuste para a Polícia e para os professores. Lamentavelmente, a Mensagem ainda não chegou a esta Casa. Levantou-se a expectativa e o Servidor que vive uma situação de penúria e já não acredita em mais ninguém acha que de fato isto é uma realidade, quando nós sabemos que o que está para acontecer também é a expectativa do Governo do Estado que não tem a coragem de tomar essa iniciativa antes que o Governo Federal defina a política salarial referente ao salário mínimo. Nós sabemos que há expectativa muito forte do anúncio do salário mínimo. E, obviamente, quando se pretendia para o mês de abril começou-se a criar aquela falsa ilusão de que os Servidores Públicos do Estado do Paraná teriam um reajuste neste mês. E nós estamos sentindo cada dia no Magistério, na Polícia Militar, na Polícia Civil, o Estado do Paraná preparando profissionais que deixam o Estado do Paraná para servir o Estado vizinho, que é o Estado de São Paulo, numa avalanche grande de policiais, uma avalanche grande de outros profissionais dedicados que, sendo explorados, ganhando miséria e sendo tratados apenas com ilusão e promessas, são obrigados a deixar este Estado e, obviamente, dando lugar a um serviço precário que é o Serviço Público.

Então, queremos sugerir à Bancada Governista que leve a preocupação desta Casa ao Governo do Estado para que de forma séria e responsável defina uma política salarial para os Servidores Públicos deste Estado.

Lamentavelmente, também nesta Casa tem-se que obedecer à política do Governo do Estado. E estamos vendo a cada instante a situação de penúria dos Servidores desta Casa que pedem pelo amor de Deus que alguém fale por eles, que alguém grite, que alguém diga que eles estão passando necessidades, e necessidades muito sérias.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa preocupação se prende a isto, porque, lamentavelmente, não se tem saúde, não se tem educação, não se tem segurança. Nós vamos criticar freqüentemente desta tribuna as atitudes do Governo Federal. Já dissemos em outras oportunidades, vamos criticar de fato a vergonha, a corrupção que paira a nível de Governo Federal. Mas não vamos nos esquecer o que se passa dentro da nossa Casa. Isto é fundamental. Não adianta riscarmos o fósforo para acender a

palha que se encontra no nosso vizinho. Porque muitas vezes próximo de nós está um amontado de palhas muito maior. Um amontado de incompetência muito maior. E eu creio que há necessidade urgente de se definir efetivamente uma política de respeito aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, de se discutir o problema de saúde e de se discutir a educação de forma séria. Porque lamentavelmente neste segundo ano de Governo o Professor que seria o mais bem pago do Brasil, está passando por uma situação de miséria, não acompanha...

(E-lhe tirado o som).

O salário dos Professores do Paraná, com 40 horas, não acompanha o dos Professores do Município de Curitiba por 20 horas de trabalho.

Então, temos que, antes de atirmos pedras na vidraça vizinha, olhar como se encontra a nossa situação, pararmos de fazer tanta demagogia e trazer ao Povo paranaense a verdade daquilo que deveria acontecer a nível de Estado do Paraná. Tivemos recentemente nos pronunciando desta tribuna assim como outros parlamentares com referência à enganação do "kit" escolar. É óbvio que nós não iríamos condenar e jamais condenaríamos a iniciativa e o mérito do "kit" escolar.

Mas, não podemos concordar em hipótese alguma que se crie uma ilusão, que se gaste o dobro em publicidade na divulgação desta ilusão, quando a realidade não chega à maioria das escolas deste Estado.

E, com isto, o povo paranaense e o povo brasileiro têm toda a razão em se posicionar contrários à classe política. Porque, com certeza, a partir do 2º semestre deste ano, quando se aproximarem as eleições municipais, onde o Governo tem interesse em fazer a maioria das Prefeituras, com certeza não faltarão recursos para, mais uma vez, se enganar a opinião pública. E o povo já protestou nas últimas eleições e vai protestar ainda mais, de forma violenta e com o último e único argumento que ele tem, que é o voto. Vai protestar violentamente contra a falta de respeito com a qual os mandatários deste Estado e deste Brasil atuam, em relação a este povo, que ainda tem esperança, porque o Brasil é de fato viável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós temos assistido e visto pela imprensa, ultimamente, as mudanças a nível de ministério no Governo Federal. Temos assistido um monte de elogios ao Collor, pela mudança na estrutura ministerial, a fim de que ele possa

fazer um Governo de coalisão.

Eu não poderia ficar à margem desta discussão. Estou entrando com Requerimento, hoje, nesta Casa, para que remetam, através da Mesa, cópia deste resumo de discurso que eu intitulo "Brasil Transparente".

Eu solicito a remessa deste discurso para o Presidente da República, para o Presidente da Câmara dos Deputados, para o Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça e Assembléias Legislativas de todos os Estados da Federação, a fim de que tomem conhecimento da nossa posição com relação ao Governo Federal.

O "Brasil Transparente", este meu discurso resumido, diz o seguinte (Lê):

#### O BRASIL TRANSPARENTE

Num momento em que todos os brasileiros assistem perplexos aos escândalos que estouram por tudo quanto é lado no Governo Federal, faz-se necessário salientar, apesar dos pesares, o modelo de Governo Transparente adotado pelo Presidente Collor. Desde que assumiu, Fernando Collor nunca abafou ou acobertou da sociedade brasileira, Ministros ou auxiliares envolvidos em atos ilícitos. Muito pelo contrário, sempre deixou as informações correrem soltas pelos meios de comunicação. As TVs e os jornais nunca trabalharam tanto quanto nos últimos dois anos. As reportagens investigativas são a coqueluche para os grandes periódicos. A corrupção dá mais "libope" nos jornais televisivos do que os mais sangrentos noticiários policiais. Para os menos informados, até parece que toda essa praga batizada das mais variadas maneiras, tais como: fraude, desvios, propinas, roubo, rombos, malversação de recursos e etc, etc e etc, cresceu e vicejou no governo collorido. O que não é verdade. As instituições públicas deste nosso Brasil estão apodrecendo há décadas, nas últimas três com maior intensidade. Infelizmente, o descortinamento de todas estas barbaridades só começou agora. Se tal tivesse acontecido dez anos atrás, com certeza estaríamos vivendo numa pátria mais séria e mais competente. Sem dúvida, os aposentados estariam recebendo seus benefícios com mais dignidade, a saúde estaria ao alcance de todas as famílias, a educação poderia até ser de Primeiro Mundo, a dívida externa já teria sido renegociada em termos compatíveis com o nosso crescimento interno... seríamos não somente o tão propalado País do futuro, mas o País do presente, sem fome, sem cólera, sem mortalidade infantil, com melhor salário para o trabalhador.

Collor deve prosseguir nesta salutar transparência de Governo. Collor pode, se quiser, passar à história deste País como



o Presidente que levantou a bandeira da moralidade pública nacional, bandeira esta que ainda continua arriada, dobrada e guardada a sete chaves na maioria dos Estados e municípios brasileiros. Collor deve e pode fazer um governo de coalisão para poder levar adiante seu projeto de modernidade... Collor só não pode e nem deve, sob pena de ser incoerente e retrógrado, se locupletar com homens que cresceram e vicejaram na ditadura como o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, o Toninho Malvadeza, exemplo vivo daqueles que governaram e jogaram este País num atoleiro tão profundo que faz brasileiros e brasileiras repudiarem e tacharem, indistintamente, políticos bons e maus de corruptos.

A modernidade que Collor busca só será alcançada com a mudança de homens, hábitos e métodos político-administrativos. Do contrário, tudo será enrolação.

Deputado Estadual Mário Bezerra

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu faço citação ao Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, porque na realidade ele é um exemplo vivo de toda a podridão que avassalou e avassala este Brasil nos últimos trinta anos, e agora vem se colocar como "Salvador da Pátria". O Paraná tem que levar à Brasília, levar ao Congresso Nacional, levar às Assembléias Legislativas do Brasil, até da Bahia, a nossa posição. Nós não podemos aceitar que esses lesa-pátria, hoje se coloquem, como "Salvadores da Pátria". Que queiram retirar Ministros e colocar Ministros. O Paraná não pode aceitar e nós não podemos ficar à margem das discussões nacionais. Se Collor quer fazer um Governo de coalisão, um Governo sério e moderno, não pode retroagir no tempo e aceitar que homens como Antônio Carlos Magalhães, aquele que cresceu e vicejou diante do regime Ditador, agora venha aqui se colocar como o "Salvador da Pátria".

Eu solicito a Vossa Excelência que coloque em discussão, esse meu Requerimento, para que o Brasil saiba da posição do Paraná, que nós não aceitamos esses homens como Antônio Carlos Magalhães, que quer ser o dono da verdade, em querer arrumar o Governo Federal, o Paraná não aceita e não aceitará nunca. Portanto, eu solicito dos nobres pares que me dêem apoio a esse Requerimento, para que esse pequeno discurso chegue até o Congresso Nacional e chegue até aqueles que se acham donos da verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tólio) - Encerrado o Pequeno Expediente, o Grande Expediente não há oradores inscritos. No Horário das Lideranças consulto a Liderança

do PMDB. (DECLINA).

PSDB. (DECLINA).

PTB. (DECLINA).

PT. (DECLINA).

PL. (DECLINA).

PDT. (DECLINA).

PFL. (DECLINA).

PRN. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou cansado de ouvir e de ver tanta coisa errada neste País e tantas coisas erradas que transcorrem à cabeça de alguém que tem ideais de servir a família brasileira do Estado do Paraná. Agora há pouco eu conversava com o Prefeito de Londrina, Antônio Belinati, ficamos conversando durante alguns minutos no telefone, ele fez um comentário agora há pouco, no seu programa de televisão e com muita propriedade, porque hoje de manhã, chegava uma senhora que mora na divisa entre Ibiaporã e Londrina. Veja bem Deputado Nelson Justus: Ibiaporã e Londrina, mora na divisa. Esta senhora foi a Ibiaporã com um tumor nos seios para ser atendida num posto médico daquela localidade. O cidadão que a atendeu disse o seguinte, Deputado Colombino Grassano: "A senhora é eleitora?". Ela: "Sou". "A senhora vota aonde?". "Voto em Londrina". Então ele disse a essa senhora: "Lamento profundamente, para que os médicos do Posto examinem os seios da senhora, primeiro a senhora tem que transferir o seu título de eleitora para Ibiaporã".

E brincadeira! É brincadeira o que acontece neste País! Esta senhora, pobre, humilde, se deslocou para a Capital e contava para a minha esposa que por ela ter votado, nas últimas eleições, no esposo da Deputada Emília, isso não tem nada a ver, é um direito que assiste a ela. Ela teria que transferir o título para Ibiaporã, para votar no candidato do Prefeito, aí ela seria atendida por uma equipe médica para examinar os seus seios.

Ela disse: "Não. Eu vou continuar votando em Londrina!". Ela pegou uma passagem, veio à Capital, veio ao meu Gabinete, me contou a história, eu não acreditei, e ela disse que outras pessoas estão passando por isso, na divisa. Eu a encaminhei ao Hospital Erasto Gaertner, falei com o Dr. Linhares, mandei a minha Sra.(???) bater um ofício, já encaminhamos, nesse exato momento ela está no hospital, examinando os seios, para ver o tumor que está tomando conta de seus seios.

Liguei para Londrina, falei com o meu Prefeito e disse: "Antônio, o que nós podemos fazer?". "Ela saindo daí, você já coloque no ônibus, manda direto para casa

e o que tiver que ser feito em Londrina, você pode deixar que nós vamos resolver aqui pela Prefeitura, vamos dar encaminhamento para o Hospital de Câncer da cidade".

O que me revolta, Deputada Emília, o que me revolta meus caros amigos, por que pedir para uma mulher transferir o título? Por que o Brasil é assim? O que me revolta, por que o Brasil é desse jeito? O que tem a doença que ela tem nos seios com o título de eleitor? O que tem a ver o título de eleitor com o atendimento? Ora, eu moro em Londrina, o meu título é de Londrina, se eu tiver que ir a um hospital, na Capital, eu vou ter que trocar o título para votar no candidato a Prefeito do Senhor Jaime Lerner?

E a mesma coisa, Deputado Colombino! É a mesma coisa que uma pessoa sair da sua cidade de Arapongas, vir a Londrina e uma pessoa da administração do Prefeito Antônio Belinati dizer: "Não, o senhor transfira o seu título para cá, o senhor vai votar este ano aqui e nós lhe damos toda a assistência médica". O que ele não faz! O Prefeito Antônio Belinati não faz! Agora, é inadmissível que nesse País se exija de uma pobre mãe, que ela primeiro tenha que transferir o título para cá para ser atendida por um hospital. É inadmissível o que acontece neste País! É inadmissível! A saúde é para todos! Eu acho que se eu sair daqui e for para Arapongas e precisar de um hospital em Arapongas, eu tenho certeza absoluta que ninguém, na administração de seu irmão, vai pedir para mim o título de eleitor, ou aonde eu voto, ou se deixo de votar, ou se sou analfabeto, ou se sou negro, ou se sou branco, ou se sou azul. Então, não posso admitir que aconteçam essas barbaridades que acontecem neste País!

Realmente a situação está feia, é tanta coisa, é tanto desmando que você vê neste País, você vê políticos enganadores neste País, você vê autoridades que não fazem nada, falsos intelectuais que só falam, falam, falam, falam mas não fazem nada! Você vê tanta violência, você vê tanta desgraça na Nação brasileira, é só falação, só falatório, mas ninguém resolve nada!

Mas, pelo menos eu cheguei nesta tarde na Assembléia, e peguei um Projeto do Deputado Algaci Túlio, li, reli, e fiquei feliz. Não porque é do Deputado Algaci Túlio, não me importa se ele é do PDT, podia ser do PT, podia ser de qualquer partido político deste País. O Deputado Algaci Túlio está pedindo no seu Projeto para que se torne obrigatória a assistência ocular nos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus dos estabelecimentos da rede oficial de ensino.

Ora! Isso é obrigação do Governo. Eu espero que esse Projeto seja aprovado, eu gostaria que outros milhares de Projetos fossem aprovados para que realmente acontecesse alguma coisa de bom no Estado do Paraná e, para que realmente acontecesse alguma coisa de bom na Nação brasileira, porque se um Projeto desse não for autorizado, o gabinete dele vai estar superlotado de pessoas pedindo óculos; e o meu gabinete, em Londrina, superlotado, como essa semana eu entreguei 180 óculos para crianças pobres, rasgadas da minha cidade, que não têm dinheiro para comprar isso aqui, que chama-se óculos, aqui na Capital é uma procissão em todos os gabinetes dos Senhores, de pessoas com receitas médicas na mão dizendo: "Pelo amor de Deus, o meu filho precisa estudar e não tem óculos, dá para o Senhor mandar fazer o óculos para mim?" Ora! Então, Deputado Nelson Justus, é importante quando você vê Projetos dessa envergadura, não é porque é do Deputado Algaci Túlio, poderia ser do Deputado Cartário, poderia ser da Deputada Emília, poderia ser do Deputado Constantino, poderia ser de todos os Senhores, não importa; o que importa é que esse País está cheio de falsos políticos, falsos moralistas, falsos intelectuais, se fala demais nesse País, mas não se faz nada nesse País. Depois que essa senhora, de Ibiporã, pediu a ela transferência do título de eleitor para ser atendida, isso é brincadeira, chega, tem que se dar um basta a tanta palhaçada que existe na Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Horário das Lideranças ainda, com a palavra o PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna na tarde de hoje para dar ciência aos Senhores Deputados, aqueles evidentemente que ainda não tomaram conhecimento, de que no último dia 30 de março, Sua Excelência, o Governador Roberto Requião, sancionou o Projeto de Lei de autoria desta Assembléia Legislativa, que instituiu a nível do Estado do Paraná a Lei Agrícola Estadual. Veja bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que este assunto mereceu da Assembléia Legislativa amplos debates a nível da Comissão da Agricultura e do Bloco Parlamentar Agropecuário, foram cerca de seis meses de muita discussão, diversas propostas analisadas; e ao final, dentro de um entendimento que envolveu os mais diferentes segmentos do setor produtivo do Estado do Paraná, pudemos chegar ao Plenário com um Projeto que representava o equilíbrio, que representava o entendimento. Chegando ao Plenário esse Projeto re-

cebeu cerca de 40 emendas, e depois de analisadas e devidamente discutidas, algumas foram aproveitadas e outras foram, por entendimento também dos Senhores Parlamentares, retiradas ou não tiveram aprovação desse Plenário. Mas, enfim, se produziu um Projeto de Lei com 65 artigos, e por ocasião da sanção, apenas um artigo foi vetado e apenas um parágrafo foi vetado, demonstrando que o entendimento, a ampla discussão, estabelecida por ocasião da elaboração desse Projeto de Lei, repercutiu não só na Assembleia Legislativa, que por unanimidade aprovou esta proposta de Lei Agrícola Estadual, mas repercutiu também a nível de Governo do Estado, que a sancionou, para que possamos partir de agora ter, valendo como lei, práticas de Governo que poderiam ser modificadas a bel prazer deste ou daquele governante. Entendemos que no Estado do Paraná muitas coisas já vinham sendo executadas antes mesmo que esta lei fosse editada pela Assembleia Legislativa. Mas, esta lei, agora, dá segurança e dá condições para que todos nós e em especial o setor produtivo do Estado do Paraná, possam, realmente, acreditar em programas de governo que hoje já são desenvolvidos e que a sua seqüência não venha a ser prejudicada.

Gostaríamos, evidentemente, e temos certeza e vamos lutar para que isso realmente aconteça, que a nossa Lei Agrícola Estadual possa ser, na sua plenitude, aplicada pelo Governo do Estado e pelas instituições do Governo. Para não acontecer aquilo que acontece hoje a nível federal, onde uma Lei Agrícola foi escrita pelos Senhores Deputado e Senadores, esta Lei sancionada pelo Presidente da República em janeiro de 1991, já não foi cumprida no ano de 91 e 92. Porque a Lei Agrícola existente a nível federal, estabelece a necessidade de recursos suficientes para o custeio das safras agrícolas. O que não ocorreu por ocasião dos financiamentos.

Assegura também a liberação em quantidade suficiente na época apropriada, de recursos destinados à comercialização e mais uma vez isso não aconteceu. Nós queremos acreditar que no Estado do Paraná, onde, mesmo que de forma modesta, já se desenvolve programas de financiamento a produtores através do sistema de equivalência de produtos, possamos realmente ver implantados outros mecanismos que foram por todos nós instituídos através da Lei Agrícola Estadual que esta Casa elaborou e que, Sua Excelência, o Governador Roberto Requião sancionou.

Quero neste momento, ao estender nossos agradecimentos ao Governador Roberto Requião, por ter sancionado essa Lei, da mesma forma cumprimentar os Senhores Parlamentares desta Casa, por terem tido na

ocasião da discussão e votação desta lei, chegado ao entendimento que produziu, sem sombra de dúvida, uma Lei Agrícola que representa e espelha o equilíbrio daquilo que pretende o setor produtivo do Paraná. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o horário das Lideranças. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 017/92, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30 de março do corrente ano, em função de viagem ao Município de Laranjeiras do Sul.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/91, de autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 9370, de 13 de setembro de 1990 (Município de Mercedes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 508/91

##### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, chega a esta Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, com Emenda Modificativa nº 01, de Plenário, de autoria do nobre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva e do autor do Projeto, a qual dá nova redação ao artigo 2º do referido projeto.

A emenda, do ponto de vista legal, está perfeitamente clara, pois visa tornar mais explícita a redação do referido artigo, apresentado no corpo do Projeto de Lei nº 508/91.

Desta forma, opinamos favoravelmente a presente medida.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 471/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que proíbe a fabricação, a distribuição, a comercialização e a utilização de embalagens descartáveis, no território estadual, tendo como agente expensor o clorofluorcarbono. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 004/92, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está anotado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 386/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1° e 2° graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P.. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 108, de 03.09.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 386/91

PARECER:

SOMULA: Torna-se obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1° e 2° graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências.

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para a devida análise, o Projeto de Lei n° 386/91, supra ementado, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que objetiva tornar obrigatória a assistência oftalmológica aos pré-escolares e aos escolares de 1° e 2° graus.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe o artigo 12,

II, combinado com o artigo 179, IX, da Constituição do Estado do Paraná. Também o artigo 208, VII da Constituição da República oferece esteio à matéria em apreço.

Concluimos, em vista do exposto, pela constitucionalidade do Projeto de Lei n° 386/91.

No aspecto da técnica legislativa, por seu turno, a proposição em apreço merece alguns reparos, motivo que leva-nos a oferecer à análise da douda Comissão e ao Plenário o Substitutivo Geral em anexo.

Em vista da constatada juridicidade da matéria, e adotado o substitutivo geral anexo, manifestamos nosso Parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 386/91, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 18.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 386/91

Art. 1° - O Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, ou órgãos que lhe vierem a suceder, deverá estabelecer Programa de Assistência Oftalmológica aos pré-escolares e escolares de 1° e 2° graus de rede oficial de ensino.

Art. 2° - No estabelecimento do Programa previsto nesta lei deverão ser observados os seguintes preceitos:

I - realização de teste de acuidade visual no primeiro ano escolar do estudante;

II - renovação do teste mencionado no inciso anterior a cada 2 (dois) anos;

III - estabelecimento de programa de estímulo à produção de lentes e armações para óculos de baixo custo, dirigida à população escolar carente;

IV - gratuidade dos exames.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### PROJETO DE LEI N° 386/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade tornar obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1° e 2° graus nos estabelecimentos da

Rede Oficial de Ensino e dá outras providências.

No âmbito desta Comissão, indiscutível é o mérito, pelo relevante alcance social da medida haja vista os motivos expostos pelo autor na justificativa, que demonstrou um estudo profundo da matéria.

Vale mencionar que o presente projeto regulamenta dispositivos constitucionais da Carta Estadual, art. 167, consagrados pela Constituição Federal art. 196 e 208.

Diante do exposto o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. E o parecer.

Sala das Sessões, em 17.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 386/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade tornar obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras providências.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Saúde Pública, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

EDSON SILVA LINO

Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estivemos na manhã de hoje reunidos com alguns Senhores Parlamentares, em especial com assessoria da Liderança do Governo, analisando os projetos que compõe a Ordem do Dia, de hoje.

Com referência ao projeto de autoria de V.Exa., Senhor Presidente, Projeto nº 386, queremos apenas lembrar o que dispõe alguns artigos da nossa Constituição. O Artigo 66, "ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governo do Estado as leis que dispõem sobre, Inciso 4º, criação, estruturação e atribuição das secretarias de estado e órgãos da administração pública".

Artigo 87 "compete privativamente ao Governador, Inciso 4º, iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos

nesta Constituição e o funcionamento da administração estadual na forma da lei".

Por último o Artigo 135, "são vedados, Inciso 1º, o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual".

Entendemos que tão somente a leitura destes três artigos da Constituição nos recomendam a não aprovação deste projeto, não pelo seu mérito, evidentemente, mas pela inconstitucionalidade no que diz respeito à iniciativa do processo.

A sugestão que temos ao Deputado Algaci Túlio, entendemos o mérito da questão hoje proposta, é que transformássemos o projeto de lei de vossa autoria numa sugestão ao Poder Executivo, à Secretaria de Estado competente, para que pudéssemos trabalhar no sentido de ser este programa também incluído dentro das atribuições do setor educacional.

Entendemos também que a Constituição Federal e a Estadual já estabelecem um percentual que os municípios do Estado devam investir no setor educacional. É evidente que a implantação de um programa desta envergadura, entendemos um programa meritório, irá certamente consumir parcela destes recursos, hoje, utilizados já pela educação.

Haveria necessidade de um estudo mais aprofundado da parte da Secretaria de Educação, do Poder Executivo e poderíamos, quem sabe, para eliminarmos este impeditivo estabelecido pelo Artigo 135, que trata da Lei Orçamentária Anual, começarmos a trabalhar nesta idéia, de implantação deste programa a nível de Secretaria de Estado de Educação quando da discussão e votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias, e quando da votação e aprovação da peça orçamentária do Estado.

Então a proposta que fazemos hoje, é que, V.Exa. transforme este Projeto de Lei numa sugestão ao Poder Executivo e que possamos trabalhar no sentido deste programa ser implantado após discussão com a Secretaria de Educação e após as devidas providências no que diz respeito à Lei Orçamentária Estadual.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)

- Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto 386 de autoria de V.Exa. tem um grande alcance e se na parte constitucional, ele peca, no seu conteúdo ele é muito importante, porque no meu município há mais de um ano se aplica isto, se dá assistência à criança nas escolas municipais e o aproveitamento tem sido extraordinário. Mesmo porque aquelas crianças deficientes de vista, já detectadas através de um exame, recebendo um óculos têm aproveitamento total. De modo que hoje poderíamos votar esta matéria tranqüila-

mente, porque é um projeto de alto alcance, de grande importância. Como se deu muito bem, em Arapongas, poderá ser aplicado em todo o Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Parece-me que está constatado que não há "quorum" suficiente para poder deliberar este projeto agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A partir do momento em que o Presidente colocar o projeto em votação, o Líder da Bancada do Governo poderá pedir a verificação de "quorum", ou qualquer um dos Senhores Deputados.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Quando diz respeito ao atendimento do setor de saúde, a Constituição Federal e a Lei 8.080 e a Lei 8.142, Leis do Sistema Único de Saúde, colocam que, cabe aos Estados e aos Municípios legislar a respeito de Saúde.

Por este ângulo, não há inconstitucionalidade em tal projeto. Até porque tal projeto não cria ou modifica estruturas de secretarias estaduais; coloca e estabelece uma obrigatoriedade à secretaria, isso pelo lado da inconstitucionalidade.

Pelo lado de política de saúde, queremos dizer que votaremos favoráveis e nesse sentido foi apresentado, inclusive, um substitutivo por parte do relator Ovídio Constantino, onde tornava, inclusive, mais amplo o projeto de Vossa Excelência. Nós entendemos que a política de atendimento à saúde do escolar não visa única e exclusivamente um programa, ela tem que ser muito mais ampla; vai pela parte psicológica, a parte oftalmológica, neurológica, crescimento e desenvolvimento da criança, enfim.

Bom, um programa de atendimento à acuidade visual implica, única e exclusivamente em a Secretaria Estadual de Saúde colocar em prática e desenvolver o trabalho através dos agentes que ela já tem contratados, não implica na contratação de mais ninguém. Neste sentido de um atendimento não único, exclusivamente visual, é que nós apresentamos um substitutivo onde coloca a necessidade da realização dos testes visuais; não só isso mas também a não-cobrança dos exames, porque às vezes têm diretores de escolas que cobram "quinhentão", "milão", para fazer os exames e ainda sem o fornecimento da lente necessá-

ria com armação do óculos, se for o caso.

Então, nós tentamos transformar só a questão de atendimento oftalmológico num programa, este programa atua dentro da Secretaria sem mudar a estrutura e obedecendo a Constituição Federal e às duas leis federais que eu já citei. A lei é constitucional e o programa é de alcance social.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu analisei neste instante e estive atento ao pronunciamento do nobre Líder do Governo com relação à questão citada por ele da inconstitucionalidade do projeto. Mas estou aqui atendo-me ao que diz a Comissão de Constituição desta Casa, ao que diz a Comissão de Educação e ao que diz a Comissão de Saúde.

Em outras oportunidades sugerimos também às Comissão da Casa que, ao ser identificada como inconstitucional a iniciativa de cada projeto, Deputado Alborghetti, que se fizesse constar o parecer da referida comissão.

Lamentavelmente, vemos, frequentemente, quando o projeto, obviamente, não é de autoria da Bancada de Sustentação do Governo se argüir com a inconstitucionalidade. Isto já aconteceu com diversos projetos nossos, isto já aconteceu com diversos projetos dos Deputados que fazem um trabalho independente dentro desta Casa.

Lendo aqui o que diz o parecer da C.C.J., não temos outra dúvida a não ser aprovar tal iniciativa, porque estamos vendo, obviamente, isto também fez questão de frisar o nobre Líder do Governo, sobre o alcance social de tal iniciativa. Ora, se nós pelo menos temos a capacidade para isso, apresentarmos projetos que o Governo não faz, nem as nossas sugestões são aceitas, muito menos ouvidas ou discutidas. E isso é lamentável.

Vamos derrubar porque o cidadão não pertence ao nosso bloco. Eu acho que a questão não é por aí, eu me atenho muito, por não pertencer a nenhuma comissão, ao pareceres das outras comissões da Casa.

Por isso, deixa-me bastante perplexo quando eu vejo o Deputado participar da Comissão, concordar com o parecer, assinar o parecer, dando apoio ao projeto, dizendo da inconstitucionalidade, conforme vem das respectivas comissões e, lamentavelmente, quando há o posicionamento contrário da Liderança do Governo na Casa, aqueles mesmos Deputados que deram apoio ao projeto, votam contrário àquilo que na Comissão diziam ser favoráveis.

Diz o Parecer da CCJ: "Sob o aspecto jurídico a propositura encontra amparo no que dispõe o Art. 12, II, combinado com o Art. 179 da Constituição do Estado do Pa-



ranã, também o Art. 208, VII da Constituição da República, oferece esteio à matéria em apreço, concluímos, em vista do exposto, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 386/91.

No aspecto da técnica legislativa, por seu turno, a proposição em apreço, merece alguns reparos, motivo que nos leva a oferecer à análise da douta Comissão e ao Plenário, o Substitutivo Geral em anexo."

Ora, fora, detectadas algumas falhas que mereciam reparos. A Comissão está sugerindo esses reparos. Eu não posso concordar em hipótese alguma, que se encaminhe o voto contrário, pelo fato de se julgar que tal iniciativa é inconstitucional, porque não estamos vendo isto escrito em lugar nenhum.

Diz também a Comissão de Educação, em seu parecer: "Vale mencionar primeiramente - no âmbito desta Comissão, indiscutível é o mérito e isso também já citou Sua Excelência o nobre líder do Governo, pelo relevante alcance social da medida, haja visto os motivos expostos pelo autor da justificativa que demonstrou estudo profundo da matéria. Vale mencionar que o presente projeto regulamenta dispositivos constitucionais da Carta Estadual, Art. 167, consagrados pela Constituição Federal, Art. 196 e 208".

Diz também o parecer da douta Comissão de Saúde: "O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade tornar obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da rede oficial de ensino, e dá outras providências, motivo da apreciação por esta Comissão de Saúde Pública. Entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria nesse Poder."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é essa a nossa preocupação. Antes de se encaminhar a derrubada de uma nobre iniciativa como essa, temos que analisar as falhas que porventura existam, procurar corrigi-las e dar à sociedade paranaense alguma alternativa, via este Poder, que atenda nas suas necessidades prementes e a questão ocular é uma delas. Não é apenas derrubar pelo desejo de derrubar, mas há como se fazer, como muito bem se posicionou a Comissão de Constituição e Justiça. Apresentou Substitutivo. Por que não votá-lo, ou então, por que não aperfeiçoá-lo e dar de fato à sociedade, uma resposta do porquê estamos nesta Casa, sendo pagos por ela.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com todo respeito ao Líder do governo Orlando Pessuti, é preciso acima de tudo,

antes de ser preocupado. Porque não adianta apenas ser preocupado é preciso parecer preocupado. Eu tenho certeza que esta Assembleia, através desse projeto se mostra preocupada, principalmente, Senhores Deputados, porque é exatamente em nossos gabinetes que os pais, as mães e as crianças das escolas batem a procura de um óculos e é preciso neste instante que o Executivo assuma a sua responsabilidade.

Essa questão de inconstitucionalidade, inconstitucional é o salário que o trabalhador brasileiro recebe, que os pais dessas crianças recebem. Ilegal, imoral, nós estamos aqui para que? Nós estamos aqui como canal daqueles que não têm voz, daqueles que pedem e não sabem para quem pedir.

Então eu quero dizer ao autor desse projeto, Deputado Algaci Túlio, que ele pode contar com meu voto e estendo isso também a todos aqueles pais que me procuram na rádio, que me procuram na Assembleia, pedindo um óculos para os seus filhos, que não conseguem assimilar o que acontece numa sala de aula.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas para esclarecer às afirmações do Deputado Paulo Maia, no que diz respeito de que apenas e tão somente para os projetos dos adversários é que nós sabemos arguindo inconstitucionalidade e diante da pauta de hoje, projeto de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato e fizemos questão de encaminhar uma cópia da minuta de encaminhamento de votação que demos ao Deputado para verificar que também nesse projeto estamos levantando as mesmas preocupações e dizer também, que, ninguém está deixando de receber uma sugestão, como também afirmou o Deputado Paulo Maia, tanto que propusemos ao Deputado Algaci Túlio que transformássemos o projeto numa sugestão ao Poder Executivo, que discutíssemos o assunto por ocasião da LDO, é apenas, Senhor Presidente, mais uma preocupação que temos acerca deste assunto.

Todos nós sabemos e o projeto aqui diz "assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus".

Todos nós sabemos que tanto na área da saúde como na área da educação, esses serviços, principalmente ligados ao ensino de 1º grau foram municipalizados e a saúde também é municipalizada. Cabe aqui também uma reflexão de nossa parte, se não estaríamos insurgindo-nos em competência do município, já que a saúde hoje é municipalizada e a educação, também, parcela dela está municipalizada.

Ninguém levantou aqui nenhuma questão contra o mérito, porque se é um tema,

realmente que nos estimula é a questão de assistência, ao educando e temos em nosso gabinete também prestado esse tipo de atendimento o qual gostaríamos que o Estado pudesse atender.

Nós entendemos que a iniciativa não é competência evidente do Legislativo porque mexe nas atribuições e competências das secretarias.

Agora, achamos sim, que é constitucional, transformarmos isso que hoje é um projeto de lei numa sugestão e trabalharmos para que essa sugestão venha a ser acatada pelo órgão competente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas registrar o lamento, de que infelizmente não podemos emendar mais o projeto, no sentido de estabelecer a obrigatoriedade de um exame de acuidade visual também aos alunos do nosso professor Pessuti que parece que vêem mas não enxergam, vêem as coisas mas não enxergam com os olhos do coração, com o sentimento de solidariedade, com a responsabilidade social que este Parlamento e seus Parlamentares tem, e eu percebo no projeto uma simplicidade muito grande, a possibilidade de um simples treinamento, viu, Deputado Orlando Pessuti, talvez de funcionários dos próprios estabelecimentos de ensino que possam fazer um simples teste de exame de acuidade visual, sem maior especialidade, e permitirão, que os benefícios sejam calculáveis e a simplicidade, o custo quase que nulo desta medida, é incomparável aos benefícios que trará. Então, lamentavelmente, eu vejo o esvaziamento da Bancada do Governo no Plenário, forçando a possibilidade de não haver "quorum" para a votação, mas só poderíamos fazer um apelo ao ilustre Deputado Orlando Pessuti que permitisse a aprovação em 1ª Discussão desse projeto e que amanhã V.Exa. pudesse então fazer as suas gestões, eu tenho certeza que se no mérito o projeto foi saudado, aqui, elogiado e acatado, até mesmo o ilustre Governador do Estado pode levar à sanção esse projeto, posteriormente, e com isto corrigir até os imputados vícios de inconstitucionalidade que ele, eventualmente, possa, nós achamos que não tem, mas que possa ter. Então eu faço este apelo ao ilustre Deputado, porque a medida é simples, o que se pretende é que, com resultados muito grandes do ponto de vista social, do aproveitamento pedagógico e da saúde visual dos alunos da rede de ensino de 2º grau no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, esclarecendo que o projeto está em primeira discussão, ainda, e pode sofrer Emendas deve voltar à CCJ e

receber evidentemente um novo Substitutivo em segunda discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para esclarecer, primeiro vota-se o Projeto ou o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O substitutivo só será apreciado em segunda discussão. Apenas o projeto.  
Em votação. APROVADO.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e vai proceder a Verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se (Pausa).

Deputados que rejeitam queiram levantar-se (Pausa).

Treze aprovam, um (01) rejeita. Não há "quorum" para o prosseguimento da Sessão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos falando da questão escolar. Parece que para a Bancada de lá, faltou merenda hoje, por isso é que eles se ausentaram. Era bom também, além do atendimento a acuidade, trazer merenda para a bancada governista para que eles possam vir à Assembléia, se não eles vão ficar também fora daqui. (VOZES PARALELAS).

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu percebi quando do apoio dos projetos, um projeto subscrito pelo ilustre Deputado Antônio Costenaro, que versa sobre a obrigatoriedade de aditamento de álcool combustível à gasolina e sem entrar no mérito do projeto, apenas quero lembrar à Mesa que tem inclusive a tarefa de ser a guardiã dos preceitos constitucionais, regimentais e morais, de que este mesmo projeto é evidentemente o exemplo claro e típico de legislação em causa própria, cuja atitude é vetada pela Constituição, pelo Regimento conhecidas por todas as leis morais existentes que a humanidade já formulou. Neste sentido eu peço à Mesa, formulando uma Questão de Ordem, que este projeto não seja aceito, recebido pela Mesa e que não possa tramitar perante a Casa. Esta é a questão de ordem, porque eu entendo que nós Parlamentares temos que preservar acima de tudo o respeito e a ordem Constitucional, regimental e moral, principalmente. Não quero entrar no mérito do projeto, o Deputado Costenaro poderia ter encaminhado, talvez, para um outro Parlamentar que pudesse subscrevê-lo, mas definitiva-

mente não é o primeiro caso que o ilustre Deputado pretende e tenta legislar em causa própria. Isso denigre profundamente o Poder Legislativo e eu acrescento à minha questão de ordem, protesto quanto a reiterada atitude do parlamentar que eu entendo até que, caberia uma advertência ou algo parecido, por parte da Mesa da Assembleia, para preservar os princípios éticos e morais acima de tudo, nessa Casa.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa esclarece. Aceita o seu protesto, mas não aceita a sua questão de ordem no seguinte sentido. V.Exa. tinha, uma hora atrás para não apoiar o projeto. Ele foi colocado em Plenário para apoio, o Plenário apoiou e agora ele vai à Comissão de Constituição e Justiça e lá é que será o "fórum" de debates onde V.Exa. e sua

Bancada poderá protestar todas as dúvidas que acabou de levantar em Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

- 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 386/91.
- 3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 508/91 e 002/92.
- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 460, 465, 509, 510, 563 e 604/91.

Levanta-se a sessão.